

Seminário “Sindicalismo, Cooperativismo, Associativismo e Economia Solidária”.

20,21 e 22 de agosto de 2019

Sede da CUT Nacional

Contribuições sobre Economia Solidária ao 13º CONCURTO.

I. Contexto.

1. O capitalismo, enquanto modo de produção, vem passando nos últimos anos por profundas transformações em seus processos de acumulação, aliando mudanças na base técnica e tecnológica com novas formas de organização e contratação do trabalho que, via de regra, redundam em precarização das relações de trabalho e atomização e fragmentação de segmentos da classe trabalhadora, seja pelas relações contratuais, seja através da adoção de novos layouts, ou simplesmente pela reespecialização da realização do trabalho em si. Acresce-se a isso, o elemento ideológico como amálgama último – nos desejos do capital - desta atomização e fragmentação, amálgama esta composta por mistificações ideológicas como “empreendedorismo individual”, “meritocracia” e, no plano da metafísica, se assim podemos dizer, da “teologia da prosperidade”, dentre outras.

2. Assim, dado o caráter internacional deste movimento do capital, o Brasil não está fora deste cenário. Com efeito, os ataques do capital ao trabalho em nosso país, nos últimos anos, tem se processado com uma virulência tal que só encontra explicação em sua sanha de elevar as taxas de lucro através da elevação da taxa de exploração do trabalho, sendo que para isso precise destruir direitos e fragmentar a classe trabalhadora, ou seja, quebrar sua identidade e sua unidade.

3. Importante observar, que neste estágio do capitalismo global prepondera sua esfera financeira como esfera geral de valorização do capital - ainda que valorização artificial – , valorização esta, da qual se locupleta também o chamado capital produtivo, tudo a partir da drenagem de fundos públicos via dívida pública mobiliária (vide Lei do Teto dos Gastos Públicos e a própria reforma da previdência que ora tramita no Congresso Nacional), e da apropriação das poupanças individuais pelo sistema financeiro sob o manto da bancarização e da correlata prestação de serviços bancários, cujas expressões são os sistemas de cartões de crédito que imprimem uma nova dinâmica baseada no endividamento particular, cujas implicações, mais visíveis, estão na incapacidade das finanças pessoais em reagirem aos financiamentos.

4. Para dar curso a este movimento, o capital no Brasil – e não só aqui - comporta-se de forma ambígua, ao sustentar um programa econômico de cunho ultraliberal no terreno da economia, e de cunho ultraconservador – senão obscurantista - na política, na cultura, nos costumes e em outros terrenos da vida social, que materializa-se na exclusão social, na xenófoba, na misoginia, no racismo

(identificados com a pressão e extermínio dos jovens negros da periferia, das culturas afrodescendentes e povos tradicionais, etc.), no desrespeito e destruição desenfreada do meio ambiente, etc.

5. A luta dos trabalhadores até pode recuar, mas nunca cessar (fluxo e refluxo). O movimento é circular e historicamente sempre ressurgiu com novas propostas e perspectivas. É justamente nesse quadro que a economia solidária ganha novamente relevo, não como “pronto-socorro” do capitalismo ou coisa semelhante, mas como um movimento contra-hegemônico baseado na propriedade coletiva dos meios de produção, na autogestão, na solidariedade de classe, no respeito às questões de gênero, no respeito às questões geracionais, no respeito ao meio ambiente, no respeito aos povos de matriz africanas e povos originários, enfim, na reinvenção das formas de prover a vida em sociedade.

6. Dessa forma, a economia solidária pelas suas características marcadamente baseadas em estratégias inclusivas, de sustentabilidade ambiental, de valorização das culturas populares, da discussão geracional, de gênero e de um cooperativismo autêntico, choca-se frontalmente com o modelo neoliberal (ou ultraliberal). A economia solidária é, acima de tudo, um campo de resistência propositiva da organização da produção, comercialização e, principalmente, da geração de desenvolvimento econômico territorial e social na perspectiva dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores.

7. É reconhecido o papel da Central Única dos Trabalhadores nesta empreitada, isto pela sua capacidade de luta, mobilização e capilaridade na articulação dos diferentes atores envolvidos neste campo de uma nova economia que se desenha. Nesse sentido, se aponta a necessidade de se potencializar sua capacidade de reinvenção frente aos novos desafios políticos e organizativos da classe trabalhadora brasileira.

8. Ainda, é importante salientar que desde 1994, quando a CUT realizou seu 5º Congresso Nacional, as questões referentes ao cooperativismo e ao trabalho associativo estavam entre os temas mais relevantes do movimento sindical cutista no enfrentamento da crise econômica no Brasil que, desde aquele momento, tinha impactos nefastos sobre a classe trabalhadora. Estávamos sofrendo as consequências do que na época chamávamos de reestruturação produtiva, da abertura indiscriminada do mercado interno com aumento das importações em setores que empregavam milhares de trabalhadores(as), em particular no setor têxtil e de calçados, além das privatizações que significaram para muitos companheiros(as) desemprego e desalento.

9. A exemplo do que ocorre hoje, com as mudanças que estão acontecendo no mundo do trabalho, muitos trabalhadores(as) são excluídos do mercado de trabalho sem nenhuma perspectiva de serem reinseridos, porque seus postos de trabalho estão sendo ocupados por máquinas e os novos layouts fabris impõem uma dinâmica de trabalho que implica cada vez menos trabalhador(a) nos locais de

trabalho, mesmo mantendo-se os índices de produtividade elevados. Entramos no que muitos chamam de desemprego estrutural.

10. Assim, a CUT, além de ter que enfrentar os desafios que a estagnação econômica nos impõe evitando perdas nos rendimentos e de direitos daqueles que se mantem no mercado de trabalho, tem uma nova tarefa, ou seja, refletir, elaborar propostas e desenvolver ações voltadas para um contingente de trabalhadores(as) que estão excluídos:

- **no campo:** pela negação do governo em reconhecer que temas como reforma agrária, política agrícola e uma política de crédito diferenciada para a agricultura familiar são essenciais para se combater o processo do que se chamava “êxodo rural” – sobretudo da juventude que se sente desalentada pela falta de perspectiva no meio rural.
- **Na cidade:** pelo aumento do desemprego, pela falta de moradia, pelo aumento da violência urbana, principalmente em nossas periferias, pelo difícil acesso à educação, em particular educação profissional, entre outras mazelas decorrentes do modelo econômico ultraliberal.

11. Para nós, movimento sindical Cutista, somente terá sentido se estimularmos e investirmos na elaboração de uma estratégia de ação conjunta com o movimento da economia solidária, na perspectiva da **autogestão**, a partir do que os trabalhadores(as) envolvidos(as) exercitem a capacidade de **gerir negócios com autonomia, produzindo através do trabalho coletivo, criando novas formas de comercialização de seus produtos sob a premissa do comércio e preço justo**. Ou seja, a CUT busca se inserir nas questões referentes ao cooperativismo e ao trabalho associativo, como um dos meios para exercermos novas práticas de trabalho, produção e consumo que possam mostrar a sociedade que é possível superarmos o modelo ultraliberal, onde certamente a economia solidária tem seu papel como uma proposta profundamente contra-hegemônica e anticapitalista e, neste sentido, se soma com outras políticas nesta frente de luta.

12. Aliás, foi a partir desta compreensão que a CUT criou em 1999 a **ADS** – Agência de Desenvolvimento Solidário. A **ADS** foi criada, para ser um espaço prioritário de reflexão e ação da CUT voltada para os excluídos do mercado de trabalho. Ela foi gestada, a partir desta compreensão estratégica de fazer a mediação entre o movimento sindical que tem como prioridade (não exclusividade) defender os interesses daqueles que estão no mercado de trabalho formal e o movimento cooperativista que tem suas ações prioritárias voltadas para os trabalhadores(as) que estão envolvidos nesta perspectiva do

trabalho associado, e de fazer a disputa por políticas no campo da produção, do crédito e da comercialização de seus produtos.

13. A CUT sempre entendeu que o movimento sindical e o trabalho associado na perspectiva da economia solidária são campos que se complementam na luta anticapitalista, onde nossas ações apontam para uma única direção: **A DIREÇÃO DA CLASSE QUE VIVE DO TRABALHO E QUE BUSCA VIVER COM DIGNIDADE.**

II. **Desafios**

1. No contexto atual em que a classe trabalhadora encontra-se sob ferrenho ataque do capital, temos a certeza que se não houver **UNIDADE** no nosso campo, sofreremos muito mais derrotas do que já estamos sofrendo, como é o caso das reformas trabalhista e da previdência, as quais indicam que será a classe trabalhadora que pagará a conta do golpe de 2016.

Pontualmente nossos desafios estão expressos em:

- Repensar e construir um novo modelo econômico a partir dos princípios da economia solidária para disputar o modelo de desenvolvimento do país, enfrentando o modelo liberal apregoado por esse governo;
- Consolidar as práticas do campo da economia solidária como referência de um novo modo de produção baseado no trabalho coletivo, na autogestão e na solidariedade de classe;
- Recuperar os princípios do cooperativismo histórico e autêntico, afirmando um cooperativismo engajado com a justiça social, a democracia econômica e o desenvolvimento sustentável e a autogestão, em contraposição às experiências capitalistas do cooperativismo;
- Superar a Lei Federal 5.764/71 que já não atende mais os verdadeiros interesses de organização e produção dos trabalhadores;
- Fortalecer a segurança alimentar através de apoio aos processos de produção sustentável, e as práticas de comercialização e comércio justo entre os trabalhadores do campo e da cidade - integração produtiva de classe do campo e da cidade;
- Fomentar um movimento contra-hegemônico de um novo padrão de consumo de produtos da agricultura familiar sob as orientações da economia solidária;
- Fortalecer o cooperativismo de crédito solidário sob o interesse dos trabalhadores e não do grande capital financeiro representado pelo BACEN;

- Uso das novas tecnologias para o compartilhamento do conhecimento produzido a partir das experiências dos trabalhadores do campo e da cidade – novas formas produtivas, comerciais, de logística entre outras para a consolidação das estratégias e ações em redes;
- Acessibilidade dos consumidores aos produtos da agricultura orgânica e agroecológico aos trabalhadores, principalmente para as populações da periferia das grandes cidades;
- Formação e capacitação técnica dos trabalhadores nos princípios da economia solidária;
- Apoiar o desenvolvimento de estratégias de comercialização para a produção não agrícola, abrangendo a diversidade de segmentos ligados ao artesanato, empresas recuperadas e reciclagem de resíduos sólidos.
- Desenvolver esforços pela consciência do consumo responsável e solidário pelos trabalhadores.
- Incluir em nossas pautas de apoio e luta os movimentos de defesa dos jovens da periferia por mais espaços na política, cultura e lazer; bem como, projetos de economia solidária, bancos comunitários e projetos de desenvolvimento local.

III. Dez Ações concretas da CUT no desenvolvimento da Economia Solidária para o enfrentamento ao modelo econômico ultraliberal brasileiro.

- **No campo político-institucional:**

1. Assumir a agenda política já existente da economia solidária, traduzida pela luta de marcos regulatórios e políticas públicas nacionais e subnacionais potencializando as intervenções junto às três esferas da federação – União, Estados e Municípios;

2. Definir um espaço institucional de referência da pauta da economia solidária, que reúna aqueles atores sociais que acumularam força nacional;

3. Investir na relação entre o movimento sindical, cooperativismo e entidades privadas que tem nos seus objetivos a responsabilidade social – visando a construção de agendas que fortaleçam as dimensões da economia solidária – comercialização/consumo solidário e consciente;

4. Investir na organização de frentes parlamentares suprapartidárias em defesa da economia solidária, em todas as esferas da União, como meio de fazer a disputa política em todos os espaços para avançarmos na disputa de modelo de desenvolvimento econômico nos territórios tendo a ECOSOL como referência;

5. Disputar um modelo de cooperativismo de crédito, rompendo com a lógica mercantilista do crédito instituído nas grandes corporações de crédito.

- **No campo formativo-organizativo:**

6. Desenvolver um programa de Educação em Economia Solidária que articule ações de formação, informação, intercâmbio, assessoramento técnico e espaços de reflexão que abarque as diferentes necessidades de formação de dirigentes e formação de base.

7. Que a formação da CUT absorva os temas relacionados com as estratégias da economia solidária. Tais como: consumo responsável e sustentável, autoconsumo, coleta seletiva, agricultura orgânica, agricultura agroecológica, agricultura agroflorestal, transgênicos, agrotóxicos e seus impactos no meio ambiente, discussão de gênero, juventude, relação intergeracional, autogestão, planejamento sustentável local e a qualidade de vida no planeta.

- **No campo econômico:**

8. Desenvolver um programa de organização do consumo e compras da economia solidária, englobando estratégias diversas e ascendentes, desde as estruturas locais, até a capacidade de articulação nacional de mercados estratégicos.

9. Desenvolver uma estratégia de fortalecer os sistemas de finanças solidárias já em curso, com adesão dos trabalhadores articulados aos instrumentos existentes.

10. Apoiar modelo de desenvolvimento da agricultura a partir da noção da agricultura familiar e sua relação com a preservação do meio ambiente e a produção de alimentos saudáveis.